

# **CONDIÇÕES DE TRABALHO DOCENTE NA EDUCAÇÃO BÁSICA PRIVADA-MERCANTIL EM MATO GROSSO**

## **Aline Karen Damacena**

Mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação PPGEdU/UNEMAT.  
E-mail: [aline.karen@unemat.br](mailto:aline.karen@unemat.br)

## **Marilda de Oliveira Costa**

Professora do Programa de Pós-graduação em Educação PPGEdU/UNEMAT.  
E-mail: [marilda.costa@unemat.br](mailto:marilda.costa@unemat.br)

## **Introdução**

Este texto é parte de pesquisa em andamento, que tem como objetivo apresentar e analisar a expansão do Grupo Educacional Salta em Mato Grosso. Para tanto, procura-se identificar e compreender os diversos desafios e possíveis implicações do trabalho nas instituições privadas para a condição do trabalho docente no segmento privado-mercantil.

O trabalho docente no Brasil tem sofrido várias transformações em consequência das reformas educacionais iniciadas na última década do século XX, o que gerou impactos diretos na educação escolar. Entre as principais leis implementadas desde então, destacam-se: a Lei 9.394/1996, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), o Plano Nacional de Educação e o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), como aponta Barros (2013).

As condições de trabalho docente são frequentemente discutidas como um dos principais desafios para a melhoria do ensino no país. Entre os inúmeros problemas, destacam-se as péssimas condições de infraestrutura física das escolas, como falta de ambientes adequados para aulas práticas, salas superlotadas, salas não climatizadas etc.

Para Chaves (2008), a precarização da carreira docente é resultado de políticas que não valorizam adequadamente a profissão. Isso inclui baixos salários, falta de infraestrutura e condições inadequadas de trabalho, que acabam comprometendo o exercício da docência. Nesse sentido, propõe-se apresentar e analisar a remuneração do trabalho docente na rede privada de ensino de Mato Grosso.

## **Procedimentos metodológicos**

De abordagem qualitativa, trata-se de estudo bibliográfico, documental e de campo, cujas fontes primárias incluem consultas a *sites* oficiais, como o Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e aos microdados censo escolar de 2014 a 2020.

## **Resultados e/ou discussões**

O Grupo Educacional Salta Educação começou a atuar em Mato Grosso com a aquisição do Colégio Master, em 2018. Desde então, a expansão tem se dado via aquisições, e já contempla a sete unidades: Colégio Maxi, Master Boa Esperança, Master Alvorada, Master Centro, Master Khalil, Escola Chave do Saber e Centro Integrado de Ensino (CIE).

Este texto tem por finalidade apresentar um aspecto da condição do trabalho docente na rede privada de ensino do estado, ou seja, a remuneração básica percebida pelos professores que atuam nas escolas do Grupo. A Constituição da República Federativa do Brasil (CF) de 1988 estabelece dois tipos de escolas: públicas e particulares, podendo estas últimas serem lucrativas ou não lucrativas. De acordo com o art. 20 da LDB, as escolas particulares não lucrativas são classificadas como filantrópicas, confessionais e comunitárias (LDB, 1996).

A escola particular é aquela mantida por uma pessoa física ou jurídica de direito privado. Todas essas instituições têm o direito à liberdade de ensino desde que sigam as normas gerais do sistema educacional brasileiro, bem como as disposições constitucionais e legais. No caso das escolas particulares lucrativas, elas não podem receber verbas públicas e devem sustentar-se com recursos provenientes de sua atuação no mercado (Brasil, 2016).

As escolas privadas não são uma novidade no cenário educacional brasileiro, embora suas características atuais tenham se tornado mais evidentes. Ao longo dos anos, essas instituições, com diversas configurações e níveis de participação na educação do país, mantiveram sua influência na formação e desenvolvimento da sociedade brasileira, apesar dos questionamentos que enfrentam (Santos, 2023).

A Tabela 1, a seguir, apresenta uma série histórica da média salarial para o regime de 40 horas semanais para os professores regentes na educação básica de Mato Grosso, na rede privada.

**Tabela 1 - Remuneração média, carga horária média para 40h dos docentes em exercício na educação básica em Mato Grosso, na rede privada**

Dados de remuneração dos docentes localizados na RAIS					
Ano	Escolaridade do docente	Nº docente no censo escolar	% de docentes localizados na RAIS	Carga horária média semanal	Remuneração média p/ 40h semanais
2014	Superior	4.843	72,4	28,4	2.736,76
2014	Sem superior	1.124	73,4	29,8	1.910,73
2015	Superior	4.792	76,2	27,6	3.150,57
2015	Sem superior	1.152	71,4	29,8	2.158,92
2016	Superior	4.839	75,4	27,6	3.442,17
2016	Sem superior	1.104	72,2	29,8	2.458,50
2017	Superior	4.791	77,3	27,0	3.828,91
2017	Sem superior	1.159	76,2	30,0	2.635,05
2018	Superior	4.880	76,9	26,4	4.119,93
2018	Sem superior	1.173	73,8	29,7	2.818,74
2019	Superior	5.365	75,7	27,1	4.349,64
2019	Sem superior	827	71,0	29,3	3.071,08
2020	Superior	5.269	73,5	26,2	4.258,90
2020	Sem superior	785	67,5	28,3	2.969,53

Fonte: elaborada pelas autoras a partir dos microdados do Censo Escolar/INEP 2014-2020.

De acordo com o censo escolar de 2020 (Inep, 2020), a média salarial na rede privada de educação básica em Mato Grosso foi de R\$ 4.099,35, enquanto que, na rede pública, a média foi de R\$ 5.042,20. Assim, pode-se constatar que há uma disparidade salarial enorme entre as duas redes de ensino (Inep, 2020).

A baixa remuneração no setor aponta para um dos aspectos das condições de trabalho nas escolas privadas e refletem a realidade vivida pelos professores em boa parte do Brasil, marcada por uma combinação de desafios e precarização do trabalho. As escolas privadas, em geral, oferecem melhores condições de trabalho do que as públicas em termos de infraestrutura e recursos pedagógicos, porém as remunerações são inferiores, haja vista que muitas vezes não alcançam o piso salarial para a categoria.

## Conclusão

Neste estudo, buscou-se compreender um aspecto da condição do trabalho docente, procurando identificar os desafios enfrentados pela categoria, as perspectivas que possuem e os impactos que essas condições podem trazer para a precarização do trabalho e da carreira docente no segmento privado.

Ao analisar a intensificação do trabalho docente no Brasil, Lima (2011) faz uma análise em torno de dois eixos. Segundo ele, primeiramente, a intensificação está inserida nas mudanças em andamento no mundo do trabalho. Segundo, destaca que essa intensificação não se restringe somente ao trabalho docente, mas afeta todas as classes de trabalhadores.

De acordo com Santos (2023), no setor educacional privado, é comum a utilização de diversos regimes de trabalho para contratação de professores, sendo os mais frequentes o regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), o regime de Pessoa Jurídica (PJ) e o regime de cooperativa. Essa variedade de regimes caracteriza um aspecto marcante da precarização do trabalho docente, pois promove a instabilidade e insegurança, além de fragmentar a categoria.

O trabalho docente no Brasil apresenta uma série de desafios e adversidades. Nesse sentido, são fundamentais políticas educacionais pautadas na valorização profissional, visando sempre à melhoria contínua do sistema educacional no país, tanto privado quanto público.

## Referências

BARROS, Antonilda Vasconcelos. **Trabalho docente na educação básica na rede municipal de ensino de Belém**. 2023. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016. (Denise Zaiden Santos – Organizadora). Disponível em: [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88\\_Livro\\_EC91\\_2016.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf). Acesso em: 20 set. 2024.

BRASIL. **Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.

CHAVES, Vera Lúcia J. Expansão do ensino superior público brasileiro via precarização do trabalho docente. In: Seminário Redestrado Nuevas Regulaciones em América Latina, 7., 2008, Buenos Aires. **Anais** [...]. Buenos Aires: Anpae, 2008.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Microdados do Censo escolar de 2014 a 2020**. Brasília, DF: Disponível em:<https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-basica>. Acesso em: 20 set. de 2024.

LIMA, Kátia. As novas faces da intensificação do trabalho docente no Brasil. In: Encontro Brasileiro de Educação e Marxismo: Marxismo, Educação e Emancipação Humana, 5., 2011. Florianópolis. **Anais** [...]. Florianópolis: UFSC, 2011.

SANTOS, Franciele Del Vecchio dos. **Precarização do trabalho docente no contexto da educação básica privada paulista**, 2023. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Estado de São Paulo, Araraquara, 2023.